



Crise no STF ganha corpo entre decisões conflitantes, acusações entre ministros, intervenção na cúpula da PF e disputa sobre o sigilo das investigações do caso Master

Os dias que abalaram a Suprema Corte

» ALÍCIA BERNARDES
» ARMANDO HOLANDA
» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) atravessa uma crise institucional sem precedentes desde o início do mês, marcada por decisões monocráticas conflitantes, acusações entre ministros, disputa sobre o comando da Polícia Federal (PF) e uma guerra de ofícios em torno das investigações do Banco Master. Nessa última semana, a crise subiu de patamar ao envolver diretamente o presidente do Supremo, Edson Fachin, o ministro Alexandre de Moraes e o relator do caso Master na Corte, André Mendonça, provocando um racha entre os magistrados.

O conflito deixou de ser apenas uma disputa em torno do conteúdo de uma investigação e passou a envolver o próprio funcionamento do Supremo. De um lado, Mendonça defende a necessidade de esclarecer os elementos encontrados pela Polícia Federal (PF) e sustenta a legitimidade das medidas adotadas no curso da investigação. De outro, Moraes questiona a forma como informações foram divulgadas e acusa o colega de selecionar os documentos que chegariam ao plenário da Corte.

O início da crise atual ocorreu em 1º de setembro, quando Mendonça derrubou o sigilo de conversas específicas entre o dono do Master, Daniel Vorcaro, e Alexandre Moraes — que chegou a editar o contrato que poderia chegar a R\$ 131 milhões do banco com o escritório de advocacia da esposa dele, Viviane Barci. Moraes tem alegado que Mendonça faz quebra de sigilo “seletiva” para proteger o grupo político que o colocou no cargo.

Outro ponto alto do cabo de guerra entre os ministros do STF ocorreu quando Mendonça decidiu afastar preventivamente o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o diretor de Inteligência da corporação, Leandro Almada, na terça-feira passada. A decisão atingiu diretamente a estrutura da PF e ampliou o confronto entre Mendonça e Moraes. A medida também coincidiu com o avanço de outra frente de investigação conduzida no Supremo. O

Ed Alves/CB/D.A Press



Crise institucional provocou um racha entre os ministros do tribunal que desafia o presidente Edson Fachin

ministro Flávio Dino havia autorizado, em 3 de setembro, novas diligências da PF no caso *Dark Horse*, que apura suspeitas relacionadas ao financiamento e à produção de um filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A operação foi deflagrada na quinta-feira e teve entre os alvos o deputado federal Mário Frias (PL-SP) e a produtora ligada à obra, que teria recebido R\$ 2 milhões em emendas do parlamentar para a execução da cinebiografia do ex-presidente.

Ação e reação

O afastamento de Andrei Rodrigues por Mendonça provocou reação imediata dentro do governo e da própria PF. E, após Dino determinar a reintegração de Rodrigues e Almada aos cargos, Fachin suspendeu tanto a decisão de Mendonça quanto a de Dino, mantendo Rodrigues e Almada nos cargos até nova deliberação. O presidente da Corte deu prazo de 48 horas para que o diretor-geral da PF prestasse esclarecimentos.

Com a intervenção, Fachin passou a centralizar a condução

institucional da crise e marcou para 15 de setembro uma sessão extraordinária do plenário da Corte para analisar o pedido de investigação envolvendo Moraes, que aparece em mensagens encontradas no celular de Daniel Vorcaro.

Na quinta-feira, abriu-se uma nova frente da crise. Fachin determinou que Mendonça encaminhasse à Presidência da Corte e aos gabinetes dos demais ministros todos os procedimentos relacionados às investigações do Banco Master. Além disso, ordenou o levantamento do sigilo, ressaltando diligências em andamento ou que ainda precisassem ser realizadas. A medida buscava garantir que os ministros tivessem acesso aos elementos necessários para a sessão de terça-feira.

Mendonça começou a liberar documentos, mas a divulgação parcial provocou nova reação. Na sexta-feira, Moraes enviou ofício a Fachin afirmando que 180 documentos permaneciam sob sigilo. O ministro acusou o relator de fazer uma liberação seletiva e afirmou que a medida dificultava a análise das provas pelos demais integrantes do STF.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também pressionou pela divulgação integral. O Ministério Público Federal (MPF) apontou que parte dos procedimentos relacionados à Operação Compliance Zero não havia sido incluída na primeira liberação de Mendonça.

Diante da controvérsia, Fachin deu a Mendonça prazo de 24 horas para encaminhar aos gabinetes todos os procedimentos relacionados ao caso e retirar o sigilo das peças, com exceção das diligências que ainda estivessem em curso. Mendonça, por sua vez, afirmou que não havia omitido documentos e argumentou que parte dos procedimentos não teria relação direta com o objeto da sessão extraordinária do dia 15.

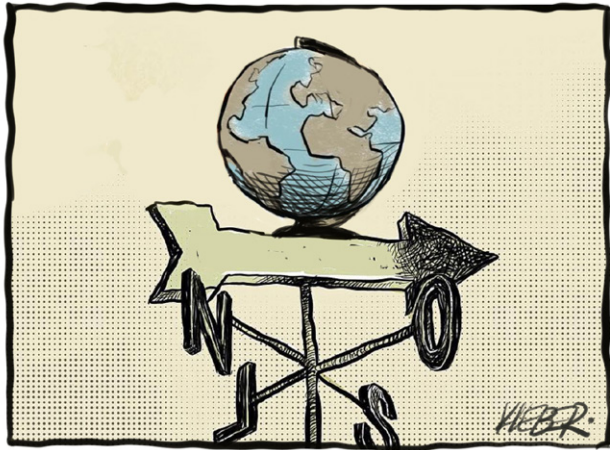
Ontem, Fachin assumiu a relatoria de um procedimento que envolve Moraes após Mendonça enviar o processo. Ainda no sábado, após os ministros Cristiano Zanin, Gilmar Mendes e Alexandre Moraes solicitarem cópia integral dos documentos extraídos do celular de Vorcaro, Fachin determinou que a PF informe em até 24 horas, quem mantém a custódia e qual é o estado material extraído do celular do ex-banqueiro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A eleição na Alemanha, a crise do Supremo e a desesperança na democracia

A vitória da extrema-direita na Saxônia-Anhalt, estado da antiga Alemanha Oriental, é mais um sinal de que a democracia liberal enfrenta uma crise que ultrapassa fronteiras. A Alternativa para a Alemanha (AfD) obteve 44% dos votos, mais do que o dobro da União Demócrata-Cristã (CDU), de centro-direita, e ficou próxima da maioria absoluta. O partido continuará afastado do governo pelo Brandmauer — o “muro corta-fogo” que impede alianças das forças democráticas com extremistas —, mas já condiciona toda a política alemã.

A contradição é evidente: a barreira político-partidária protege as instituições, mas não impede o crescimento eleitoral da AfD. A extrema-direita não precisa negociar, moderar suas propostas nem prestar contas pelos resultados de um governo. Denuncia a todos, promete soluções impossíveis e responsabiliza aqueles que lhe impedem o acesso ao poder. O fenômeno possui causas econômicas, sociais e culturais. A estagnação, a desigualdade entre o Leste e o Oeste alemães, a imigração, a transição energética, a guerra da Ucrânia e a perda de referências comunitárias criaram um contingente de eleitores que não se sentem representados. Continuam votando, mas já não acreditam que as instituições tradicionais sejam capazes de melhorar suas vidas.

Existe um ambiente semelhante de desesperança, em grande parte, do Ocidente. A globalização integrou mercados e multiplicou riquezas, mas também desorganizou comunidades, concentrou a renda e reduziu a capacidade dos Estados nacionais de proteger seus cidadãos. Ao mesmo tempo, os êxitos econômicos de regimes liberais do Oriente são utilizados como argumento contra a democracia, como se seus Poderes fossem obstáculos à eficiência. O Brasil não está fora desse contexto.

Nossos problemas podem ser agravados por fatores internacionais, entre os quais, as pressões do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e as guerras do Irã e da Ucrânia, mas suas raízes são nacionais. A resposta não está na substituição da democracia pelo autoritarismo e, sim, na recuperação da capacidade de governar para todos, oferecer serviços públicos de qualidade, gerar prosperidade para os mais pobres e submeter todos à mesma lei. O Estado democrático precisa se reformar para atender às expectativas do povo.

É nesse ponto que o caso alemão se encontra com a crise brasileira. As diferenças históricas são enormes, mas o mecanismo político é parecido. Aqui, a grande rejeição aos principais candidatos à Presidência mostra que a maioria do eleitorado já não se reconhece nas alternativas oferecidas. A polarização mobiliza bases fiéis, mas também produz fadiga, ressentimento, medo e sensação de aprisionamento. Milhões de brasileiros imaginam que, qualquer que seja o resultado eleitoral, o país continuará submetido aos mesmos conflitos e incapaz de enfrentar seus problemas concretos.

A crise do Supremo Tribunal Federal (STF) acrescenta um componente explosivo a esse ambiente. O STF deveria ser o ponto de estabilidade do regime, o guardião da Constituição e o árbitro dos conflitos entre os Poderes. Entretanto, decisões monocráticas contraditórias, disputas entre ministros e o caso Banco Master transformaram a Corte no epicentro da insegurança institucional.

Paralisia econômica

O problema ultrapassa os nomes dos ministros Alexandre de Moraes e de André Mendonça, e estão além da força de Flávio Dino ou da habilidade de Gilmar Mendes. Quando os julgadores parecem envolvidos nos fatos que deveriam julgar, a confiança no devido processo legal é inevitavelmente abalada. As providências do presidente do Supremo, Edson Fachin, foram suspender decisões conflitantes, preservar o comando da Polícia Federal (PF), quebrar o sigilo das investigações já concluídas, retirar de Moraes a relatoria do inquérito das fake news e submeter ao plenário a abertura de investigação. São medidas necessárias, mas talvez insuficientes. É preciso esclarecer integralmente os fatos, definir responsabilidades e demonstrar que nenhum ministro está acima da Constituição.

Manifestos de entidades empresariais, associações civis e ex-integrantes do Supremo sobre a crise possuem, nesse contexto, dois significados. O primeiro é positivo: revelam que as elites do país procuram uma saída dentro das instituições. Seus signatários não pedem a destruição do STF, mas sua recuperação. O segundo é um alerta: quando setores responsáveis pela produção e pelos empregos do país se mobilizam para denunciar uma crise institucional, sinalizam que a instabilidade já ultrapassou os limites do mundo político e jurídico, paralisou a economia.

A insegurança política e jurídica adia investimentos, interrompe decisões empresariais e contamina as expectativas econômicas. Em consequência, por sua vez, aumenta a frustração social e oferece combustível aos discursos antissistema. Nenhuma muralha institucional será suficiente se, aos olhos da população, aqueles que estão dentro dela abusarem do poder, protegerem aliados ou se recusarem a prestar contas. A extrema-direita cresce e captura o centro quando consegue convencer as pessoas de que todas as instituições fazem parte de um único sistema voltado para a própria preservação.

A crise do Supremo não favorece apenas um candidato ou campo ideológico. Ela fortalece narrativas dispostas a apresentar a democracia como fraude, o equilíbrio entre os Poderes como conspiração e as garantias constitucionais como obstáculos à vontade popular. A história nos ensina que a desesperança na democracia é a antessala do autoritarismo.

PODCAST DO CORREIO

Especialista cobra transparência

Jorge Mizaél, cientista político fundador da Metapolítica Consultoria, cobrou transparência do Supremo Tribunal Federal (STF) na sessão extraordinária prevista para a próxima terça-feira. “Um ministro da Suprema Corte não pode ter a vaidade de julgar no escuro de uma sala fechada”, afirmou o especialista em entrevista ao *Podcast do Correio*, conduzido pelas jornalistas Mariana Niederauer e Sibelegromonte.

O julgamento era cogitado para ser fechado, mas terá transmissão ao vivo. A sessão discutirá a controvérsia envolvendo um relatório da Polícia Federal (PF) que reuniu registros de conversas entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master. Mizaél classificou o momento como histórico e destacou as diferenças entre as trajetórias políticas e jurídicas de Moraes e André Mendonça, relator do caso Master. “A gente vai ter dois ministros que vêm de linhagens políticas absolutamente diferentes, que defendem formas jurídicas completamente diferentes”, declarou.

Mizaél alertou sobre o risco de interferência política na Polícia Federal e criticou o aumento de vazamentos seletivos. Para ele, a corporação deve ser protegida de interesses

CARLOS VIEIRA



Jorge Mizaél, cientista político, ainda alertou sobre o risco de interferência política na Polícia Federal

políticos e institucionais. “A Polícia Federal não pode ser nem do André Mendonça, nem do Alexandre Moraes, nem de Luiz Inácio Lula da Silva. Ela tem que ser uma instituição protegida pela Constituição e respaldada nas suas ações”, disse.

Na avaliação do cientista político, há um avanço excessivo de decisões monocráticas no STF. Seguindo ele, a concentração de poder nas mãos de um único ministro

pode comprometer o equilíbrio entre os Poderes e gerar precedentes perigosos. “Isso vai abrindo precedentes perigosos, são como rachaduras na estrutura de uma casa”, destacou.

Nesse sentido, Mizaél defendeu uma reforma estrutural do Judiciário após o período eleitoral, com maior participação de juízes de carreira na composição do STF e o fortalecimento das regras

de governança e ética. “Não basta ser transparente, tem que parecer transparente. Não basta ser idôneo, ele tem que parecer também”, concluiu.

